



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 25-09-13

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Bom dia a todos. Como Presidente da douta Comissão de Finanças e Orçamento, declaro aberta a nossa 14ª audiência pública do ano de 2013. Com a presença dos Vereadores Milton Leite e Marta Costa, do Sr. Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Meio Ambiente e do Sr. Secretário Municipal de Finanças, informo que essa audiência tem, como objetivo, cumprir os dispositivos do artigo 9º, em seu inciso IV da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, endereço www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara e Auditórios On-Line.

Foram convidadas a participar dessa audiência as seguintes autoridades: Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, que está aqui presente e o Sr. Gláucio Teixeira Tavares, que representa aqui o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do município de São Paulo.

Peço ao Sr. Secretário Marcos de Barros Cruz que participe da mesa. Se quiser, convide assessores, técnicos e responsáveis pela área. Há técnicos na nossa cabine de som, para colaborar com V.Exa. Quem quiser depois fazer perguntas ao Sr. Secretário, podem se dirigir à Secretaria, para se inscreverem.

Vou passar a presidência ao Vereador Milton Leite, para que eu possa conversar com o Sr. Secretário Municipal do Meio Ambiente.

Tem a palavra o Sr. Secretário, para expor sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

- Assume a presidência o Sr. Milton Leite.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Bom dia a todos. O objetivo dessa audiência pública, como já foi mencionado, é apresentar a demonstração das metas fiscais. Vou passar rapidamente pelas receitas, despesas, resultado, dívida e limites. No final, sugiro

que sejam abertas dúvidas que os senhores tenham. Começando pelas receitas, elas têm mostrado um crescimento positivo, em especial às receitas correntes, com crescimento de 8,5% em relação ao ano passado, com dados consolidados de janeiro a agosto. As receitas de capital estão em linha com os anos anteriores, com exceção de 2012, onde houve uma grande emissão de Cepacs. Nesse ano, ainda não houve emissão de Cepacs. No total, as receitas têm um crescimento de 1,3%. Em relação às receitas correntes, o que sustenta o funcionamento da Prefeitura, as receitas tributárias estão crescendo de forma bastante saudável, com 11,3%; e receitas de contribuições, 8%. Quanto à receita patrimonial, há uma redução, principalmente em função da queda das taxas de juros e outros efeitos. A receita de serviços é um pouco menor e receitas de transferências, outra conta importante, teve crescimento de 12%. No total, abatendo as deduções constitucionais, há um crescimento de 8,3% de receitas. Interpreto isso como um crescimento bastante saudável. Vamos ver isso nas comparações. Essa é somente a composição. A nossa receita tributária compõe 48% do total das receitas correntes, e as receitas de transferência, 38. As principais receitas correntes são os três primeiros impostos municipais, IPTU, ISS e ITBI. Conseguimos ver que a arrecadação dos impostos do município está funcionando de forma satisfatória, 10% no IPTU, 11% no ISS e 18% no ITBI. Quanto ao fundo de participação dos municípios, também houve um bom crescimento no último ano. Depois de uma diminuição em 2012, como demonstrado ali, 2013 é um ano bastante positivo. O ICMS teve um crescimento, a nossa quota parte do ICMS teve um crescimento muito bom esse ano, em função de um programa de parcelamento que o Estado fez. Quando comparamos as receitas do município de São Paulo, o primeiro quadrado e o gráfico azul, com os do Estado de São Paulo e os da União, veremos que, no total, os nossos tributos tiveram crescimento real, descontada a inflação, de 4,2%. O Estado teve um crescimento real de 6,9, puxado por um programa de parcelamento, o equivalente ao PPI do Estado, que foi feito neste ano. Se se excluir o PPI, o crescimento real do Estado é 0,3%, e crescimento real dos tributos da União é 0,3%. Então, os tributos municipais...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O nosso como PPI, Sr. Secretário? Por que V.Exa. não colocou?

R – Sr. Presidente, não tivemos PPI neste ano. O último PPI foi de 2011. Então, não impacta o PPI.

P – Eu sei, mas ainda há a parcela sendo paga?

R – Sim, está aí dentro. Correto. Elas são muito pequenas. O primeiro pagamento importante foi o de 2011. Essa é uma comparação só para fins ilustrativos, para sabermos com a cidade posiciona-se, com diversas outras capitais e municípios da grande São Paulo. O que seja mais interessante aqui é olharmos as colunas do total. Para cada imposto, há o crescimento do primeiro semestre da cidade de São Paulo contra outras capitais e outros municípios da região. No total de toda essa amostra, excluindo a cidade de São Paulo, há um crescimento do ISS de 3,1%, a cidade com 4,7%. Com 4,9% no IPTU, a cidade com 4,1; 5,6% no ITBI e 17% na Cidade. Então, a mostra total das cidades dá 4%, a Cidade 4,8%. Então, a pujança econômica da cidade de São Paulo reflete-se na arrecadação e a arrecadação vem acima dos comparáveis. Essa é uma boa notícia.

Em relação às receitas de capital, o cenário é um pouco diferente pela não emissão de Cepacs nesse ano. No ano passado, houve uma alienação de bens de Cepacs da Água Espreada muito grande. Nesse ano, talvez exista ainda emissão de Cepacs, em função das operações de Água Branca ou funções que estão nessa casa ainda. De fato, não houve Cepacs. Isso faz com que a receitas de capital esteja nos mesmos níveis das receitas dos anos anteriores, mas não de 2012. As outras receitas de capital têm crescido bastante e é um componente importante que contribui para a arrecadação. Essa é a composição das receitas de capital. Então, quanto ao sumário de receitas, interpreto as receitas correntes de forma bastante saudável, com 8%. As receitas de capital cresceram pouco, devido a não emissão de Cepacs. No consolidado, a receita cresce 1%. Em relação às despesas correntes, que representam 80% das despesas da Prefeitura, cresceram 4,9%. Interpreto isso também como

uma boa notícia. As receitas correntes cresceram 8% e as despesas correntes, 4,9%. Elas vinham num ritmo de crescimento muito forte e houve uma redução de crescimento nesse ano, para se tentar fazer um ajuste. As despesas de capital tiveram uma redução de 15% nesse ano. Em relação às despesas correntes, essas são as principais quebras(?), pessoal, encargos, juros da dívida e outras despesas correntes, que compõem o 4,9% de crescimento em relação ao ano passado.

Como comparação, em termos de valores reais, descontada a inflação nesse período, as receitas correntes cresceram 1,8% e as despesas decresceram 1,4%. De fato, estamos aumentando a capacidade de poupança na Cidade, para podermos investir um pouco mais dentro do que for possível. As despesas de capital são principalmente investimentos. Em investimento, houve redução de 30% nesse ano. Isso é natural no primeiro ano de governo, se que ainda vai recuperar e crescer principalmente ao longo do próximo ano.

Em relação a saldo de restos a pagar, essa é uma obrigação constitucional de apresentar. Existia, no começo do ano, um saldo de restos de 1,9 bilhão do exercício anterior. Desse valor, foi pago 1,2. Houve cancelamento de 600 milhões de reais. Ainda há um saldo de 100 milhões, que será pago até o final do ano. Com isso, a Prefeitura não fica com nenhuma despesa pendente. Em relação aos resultados pactuados na LRF, aqui vemos primeiro as receitas correntes de capital quanto ao orçamento, quanto está realizado, em porcentagem. Depois vemos despesas correntes de capital quanto ao orçamento, quanto está liquidado e quanto está empenhado. Por último, está o resultado do período. Estamos trabalhando... A receita está por volta de 4 bilhões a mais do que a despesa nesse momento. Logicamente que a liquidação vai num ritmo mais baixo e depois alcança, mas estamos com bastante tranquilidade para pagar as nossas despesas do ano.

Sob o ponto de vista de resultado primário, como já comentei, há uma boa notícia, vai bem. As receitas primárias totalizam 25 bilhões. As despesas primárias totais liquidadas até o momento são 19 bilhões. Isso faz com que tenhamos, nesse momento, tenhamos um

resultado primário de 6 bilhões. A meta fiscal definida, na LDO, é finalizar com resultado primário de 1,2. Nesse indicador, quanto mais alto melhor. Então, temos uma meta de 1,2. Estamos, nesse momento, com 6 bilhões. Então, há bastante espaço. Esse número deve terminar o ano por volta de 3 bilhões. Ainda está acima da meta e deve terminar, por volta de 3 bilhões, o resultado primário. O segundo indicador importante é o resultado nominal. Esse é inverso, quer dizer, quanto menor, melhor, porque o resultado nominal é o crescimento da dívida. Então, começamos o ano com 70... Vamos direto na dívida consolidada líquida. Começamos o ano com 63 bilhões de dívida líquida. Estamos, no final de agosto, com 62,5 bilhões. Então, a dívida líquida caiu. Isso faz com que o resultado nominal tenha sido negativo. Isso é bom. Isso significa redução de dívida. A meta do resultado nominal é de 8 bilhões. Estamos então com bastante folga em relação à meta no resultado nominal. A nova meta é 8 bilhões e o resultado, até o momento, é menos 700 milhões. Quanto menor, melhor, porque isso significa redução de dívida.

A nossa meta de dívida fiscal líquida da LDO é de 71 bilhões. Nesse momento, temos uma dívida fiscal líquida de 62 bilhões. Quanto menor, melhor nesse indicador também. Por último, em relação aos limites definidos na LRF, há despesas sob pessoal. O limite máximo é 54%. A Prefeitura mais o Legislativo, enfim, todos os Poderes somam 32,8%. Isso está bastante longe do limite. Quanto a garantias, o limite é 22. Temos 015(?) e quanto a operações de crédito, não efetuamos. Então, estamos respeitando todos os limites constitucionais. A nossa trajetória da dívida continua obviamente acima do pactuado. Todos nós conhecemos o problema da dívida do município, mas tem caí hoje. Está no percentual de 185% da receita corrente líquida. Deveríamos estar em 135. O problema da dívida persiste. As discussões continuam no Congresso Federal. Aparentemente existe um novo movimento positivo, de se votar isso nesse mês. Essa é talvez a ação legislativa federal mais importante para a cidade de São Paulo na década, se isso for votado de forma satisfatória, para se corrigir essa trajetória. Caso contrário, não será atingida. Pode-se corrigir essa trajetória e se abrir espaço para mais

investimento na Cidade.

Deveríamos ter pago 4,9 bilhões pela medida provisória que nos obriga... Podemos pagar, no máximo, 1,7. O saldo residual foi de 3,6 bilhões. Então, o saldo devedor para a União, no final do ano, estava em 53 bilhões. Hoje o nosso saldo devedor para a União é de 56 bilhões. Então, esse cenário aqui só irá se reverter no momento em que o Congresso Federal autorizar uma mudança na dívida, trocando os indexadores e a metodologia de reajustes. Acho que isso está em andamento de forma positiva.

Encerro as minhas palavras e abro espaço para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, aproveitando a oportunidade e considerando que o Sr. Presidente efetivo não está, o Vice-Presidente assume a Presidência e começa a formular questões. Isso é o mais importante. Serei muito breve.

Sr. Secretário, V.Exa. demonstrou um quadro otimista com relação à dívida. Eu não tenho todo esse otimismo, porque tenho acompanhado, no Congresso Nacional, e tenho visto que o processo de renegociação da dívida não anda há quase 60 dias. Eu não estou vendo esse otimismo todo que V.Exa. está vendo.

Com todo respeito que V.Exas. merecem, aí há algo incompreensível, porque o PT está lá e aqui, e o processo está parado há 40 dias no mesmo lugar e não sai. Onde está o seu otimismo da dívida? Aumentamos 3 bilhões e pouco nesse ano. A dívida subiu, não? Qual a informação que V.Exa. tem, que diz que vai voltar esse mês, Sr. Secretário? De onde parte essa informação?

R – Bom, na verdade, essa questão depende do Congresso. As informações que acompanhamos, por meio das tramitações e informações, são sempre limitadas. Também não posso afirmar que será votado. Tenho otimismo. Essa é uma questão que depende do Congresso como um todo, da articulação com o Governo e o Executivo. Não tenho mais informações que possam ser definitivas. Então, fica aqui sim a percepção. Estamos na dependência dessa definição.

P – Vejo a situação, em Brasília, com preocupação. V.Exa. diz que temos, como uma das únicas alternativas, a renegociação da dívida. Eu pergunto: “V.Exa. tem um ativo na Prefeitura muito forte”. Aí não vi dois pontos. Primeiro, o repasse de valores federais para São Paulo. Gostaria de saber quanto foi repassado do Governo Federal e do Governo Estadual para a cidade de São Paulo, em valores, nos diversos convênios. Gostaria de saber quanto foi repassado para nós. Gostaria de saber qual o repasse que foi dado do Governo Federal.

R – Há dois tipos de repasse, os repasses correntes e os repasses de capital. Os repasses correntes são principalmente de SUS e Fundeb, Saúde e Educação. O repasse de capital são os programas de PAC. O repasse de capital está totalizando, nesse ano, 329 milhões e os repasses correntes, 1,5 bilhão até agora, sem contar Fundeb. O corrente é de 1,5 bilhão.

P – Composto em que atividade?

R – Principalmente Saúde, SUS.

P – Não muda. A Sra. Presidente Dilma Rousseff esteve aqui e anunciou 8 bilhões de crédito. Já que V.Exa. cuida um pouco disso, e isso nos preocupa, como vem esse dinheiro? Qual a condição da entrada desse dinheiro no Tesouro?

R – Esse dinheiro não entra no orçamento de 2013.

Esse orçamento está previsto para o orçamento de 2014. É por isso que a gente não enxerga ele aqui.

O SR. MILTON LEITE – É por isso que eu não vi. Perguntei da entrada e verba federal. Ela veio e anunciou 8 bi aqui. E eu não vi nem um centavo novo aqui.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Correto.

P – E não vai entrar neste ano, então?

R – Não...

P – Cidade não conta com o dinheiro neste ano? Ela só anunciou?

R – O dinheiro federal deste ano deveria ter sido pactuado no ano passado. Existe

todo um trâmite. O trâmite anunciado neste ano são os convênios que agora estão sendo anunciados e definidos para...

P – Como anda esse convênio e qual a natureza dele? O que compõe essa quantia de 8 bilhões, Secretário?

R – Esses convênios são firmados com as diferentes Secretarias. A principal parcela é Transportes.

P – Quanto?

R – Provavelmente 3 bilhões. Os detalhes, eu acho que os Secretários referidos das pastas também podem dar. Mas tem Transportes com 3 bilhões; Drenagem e Habitação. Essas três somam 8 bi, dos quais há uma parcela para Minha Casa, Minha Vida e uma outra parte para financiamento. Essa composição será apresentada no Orçamento de 2014.

P – Deixe-me entender. 8 bilhões: o que vem a fundo perdido e o que o Município vai pagar? O que vem emprestado, qualquer um, em algum momento, poderia ter feito. Estou perguntando: o que vamos assumir de dívida de novo? O Governo Federal está vindo aqui e dizendo: “Estamos dando 8 bi.” Mas não é “dando 8”. Quanto vamos pagar desses 8 de volta? Mesmo porque, ao longo do tempo, de alguma maneira, eu vou pagar. “Eu” digo o contribuinte. Quanto é que o contribuinte vai pagar de volta desse dinheiro?

R – O previsto de financiamento é por volta de 2 bilhões desses 8.

P – 6 bi a fundo perdido?

R – 6 bi ou Minha Casa, Minha Vida, ou Orçamento Geral da União. Minha Casa, Minha Vida nós não pagamos de volta.

P – E quanto é o valor do Minha Casa Minha Vida?

R – Um bilhão e meio ou 2, se não me engano. E 4, ou 4,5 é o Orçamento Geral da União.

P – Esse vem a fundo perdido?

R – Sim.

P – Ou seja: dos 8, 6 é a fundo perdido, nós não vamos ter de pagar. 2 nós vamos ter de financiar.

R – Dois nós teremos de financiar.

P – Pergunto: se a capacidade de endividamento da cidade de São Paulo está esgotada, como é que pagaremos isso aqui? Quanto nós vamos conseguir de financiamento?

R – Esse financiamento está condicionado a uma renegociação da dívida. Ou a um programa de ajuste fiscal, conforme já existe nos Estados. O resto, não.

P – Deixe-me entender. Se não renegociar a dívida, 2 desses 8 bi não se configuram?

R – Pelo menos dois bi desses não se configuram. Correto.

P – Estamos com expectativa de 8, mas podemos receber 6 e esses dois ficarem... Onde estão esses dois bi de investimento aqui?

R – Eu interpreto que, nos últimos anos, recebemos por volta de 400 milhões. Se nós recebêssemos 6, acho que seria uma grande contribuição para a Cidade. A Cidade investiu, nos últimos anos, no total, contando todas as fontes, 3 bilhões por ano, que é a metade.

P – V.Exa. é técnico. É por isso que estou perguntando. Se for fazer debate político de quanto deveria e quanto não deveria, eu vou dizer onde nós deveríamos entrar no passo seguinte. Aqui, Secretário, no melhor dos mundos, teremos 6. Em que período nós teremos isso? Em que período isso será aportado ao Tesouro? Será aportado ao longo de 2014, ou 2014/2015? Qual o cronograma de entrada desses recursos? De desembolso pelo Governo Federal e que poderemos contabilizar aqui?

R – A maioria em 2014, mas está em definição. Todas as obras têm seus cronogramas próprios – algumas demoram mais, outras, menos. Não sei dar a resposta precisa do cronograma de desembolso.

P – Mas o senhor não está assinando, não está conduzindo esses convênios,

Secretário?

R – Não. Esses convênios, em particular, não estou conduzindo. Quem conduz isso são as Secretarias-fim, mas os convênios preveem o desembolso e, obviamente, o desembolso acontece também em função da velocidade das obras.

P – Vamos imaginar que todas as obras previstas no plano estejam em andamento em janeiro e, em outubro, estejam conclusas. O Governo Federal paga? Liquida?

R – Sim.

P – Quer dizer, o convênio que o senhor está conduzindo é para isso?

R – Nas hipóteses que você está construindo, sim.

P – Se as empresas realizarem as obras, irão receber.

R – Sim.

P – Então, está bem.

R – Só para esclarecer, isso não tem reflexo em 2013. Nós estamos falando aqui de Orçamento de 2014.

P – Desses 8 bi, não entrará um centavo neste ano?

R – Não.

P – Não pagará nenhuma das obras? Nós estamos com o programa dos mananciais atrasado, sem dinheiro, mas estou vendo aqui que o Tesouro tem dinheiro. O senhor disse que tem dinheiro. E eu vi aqui que tem um pouquinho de dinheiro. Por que o programa de mananciais não tem verba?

R – E o nível de investimento desse ano continua acontecendo.

P – A curva de alguns programas caiu. A recuperação dos dois lagos que abastecem nossa cidade... Em que região da Cidade o senhor mora?

R – Eu moro na zona Oeste.

P – Então, o senhor recebe água da Represa Guarapiranga ou Billings. Se o senhor não disponibilizar dinheiro para cuidar dos mananciais, daqui a pouco nós não vamos tomar

mais água. Nós vamos tomar uns “bagões” para não chamar de fezes. Se não houver dinheiro para bloquearmos a poluição da Represa Guarapiranga, que significa canalização de água e esgoto e limpeza dos córregos, o senhor não vai beber água, nem eu. Nem sua família, nem 3 milhões de famílias que compõem aquela região. Então, Secretário, estou fazendo um apelo para que o senhor mantenha os investimentos em nível satisfatório na Cidade. Aquilo entendo como prioridade. Se não tivermos água na Cidade, estaremos arreventados mesmo. Faço esse apelo, considerando que este Vereador protagonizou nesta cidade a maior vitória da Prefeitura, que é o dinheiro que o senhor recebe do Fundo de Saneamento. Esse dinheiro é o melhor dinheiro que o senhor tem, estou errado?

R – É um bom dinheiro.

P – Foi este Vereador que brigou aqui contra alguns tucanos, que não queriam, mas conseguimos. Mas não tem problema. Essa é uma briga pessoal minha com alguns tucanos aqui. Mas conseguimos colocar cerca de 340 milhões por ano de investimento no Tesouro Municipal. Eu diria para a cidade de São Paulo que essa condução foi por mim feita e foi a melhor condução de recursos, foi a maior vitória deste Parlamentar contra o Governo do Estado na venda da Sabesp e na concessão. Eles queriam nos dar a custo zero. Nós conseguimos tirar uma dívida de 850 milhões da cidade de São Paulo e ainda recebemos cerca de 340 milhões por ano, porque ele ajuda diretamente.

R – A dívida permanece com a Sabesp.

P – Mas não é o que está previsto na lei. O senhor tem de rever. A meu ver, a dívida tem de ser retirada. Está na lei. O senhor concorda comigo?

R – Não. Essa questão da dívida a gente está tratando ainda, mas concordo que o convênio foi...

P – Não, mas está na lei que seja absorvida. Não é o acordo que fizemos. Além do quê, conseguimos tarifas melhores. A lei que votamos nesta Casa permite a concessão. Retomamos a concessão. Podemos denunciar a concessão a qualquer momento. Isto aqui é

um ativo da cidade de São Paulo. Está assinado para ser cumprido. Se a Prefeitura leiloar, por exemplo, hoje a concessão de água e esgoto da cidade de São Paulo, ela fica com um ativo de venda maravilhoso. Sr. Secretário, nós temos um ativo que é o da dívida ativa da cidade de São Paulo. Nós temos cerca de 52 bilhões. 35 bilhões são de bancos, ISS. Por que o senhor não oferece compensação financeira para o Governo Federal. Por que não federaliza os créditos? A dívida da cidade de São Paulo foi constituída, na época do Sr. Maluf, Fernando Henrique Cardoso, a federalização dos títulos que eles emitiram sem lastro, e foi federalizado. E constituiu-se na dívida que temos hoje. Por que o senhor não federaliza a dívida com os bancos? É um baita ativo que o senhor tem lá. Por que o senhor não faz isso? São 35 bilhões. Isso daria para negociar a zero a dívida de São Paulo. Por que o senhor não faz isso?

R – Eu acho que essa tentativa é discutida já há muito tempo. Eu concordo que tem um ativo muito grande, mas, infelizmente, essa discussão não se avança. E não é só uma questão da cidade de São Paulo. Todos os entes têm dívidas ativas muito grandes e não se chega a um consenso sobre esse financiamento.

P – Mas nem todos têm o ISS que nós temos de bancos. A discussão é essa. É que nenhuma outra cidade do País deve tanto quanto São Paulo, mas também não tem o ativo que nós temos, que são 35 bilhões de crédito. Pergunto: por que o senhor não oferece ele para federalizar a dívida? Eles federalizaram um título podre, que foi emitido pela Cidade. Esse dinheiro é bom, é dinheiro de banco. Eu quero ver o banco não pagar no dia seguinte essa conta para a cidade de São Paulo. Então fica aí a sugestão, porque não sei se algum governo tem coragem de enfrentar os bancos. Temos dinheiro. Quem deve para a cidade de São Paulo são os grandes bancos, inclusive Caixa Econômica e Banco do Brasil, que fazem compensação direta; eles nos cobram nossa conta, mas não pagam o que devem.

Fica a sugestão, e passo a presidência ao Vereador Tripoli, que, para sorte de V.Exa., está me pressionando para terminar. Por mim, eu ficaria por mais duas horas com V.Exa. hoje. Obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Roberto Tripoli.

O SR. ADILSON AMADEU – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Depois da aula dada pelo nosso Vice-Presidente, Vereador Milton Leite, lembro aos Srs. Vereadores que já são 10h45. Claro que, se for o caso, podemos adiar a pauta da ordinária. Eu gostaria que fosse distribuída a pauta aos Srs. Vereadores para que tomem conhecimento.

Dando sequência, ouviremos os Srs. Vereadores e depois os inscritos. Tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia, Sr. Secretário. Nem vou falar de nossa dívida com a Federação, falarei da arrecadação do Município. Pedi para uns amigos, funcionários do Município, que realizassem um estudo. Até quero agendar uma reunião com V.Exa. para levar todo esse trabalho, que não tenho comigo no momento, pois me passaram por alto na semana passada.

A Secretaria de Finanças e a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras se comunicam com o objetivo de trazer mais arrecadação para o Município?

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Entendo que sim.

P – O senhor acredita que sim...

R – Acredito que sim. Não duvido que existam outras oportunidades e acredito que as equipes técnicas tentam, na melhor de suas capacidades, se falar para trabalharem na arrecadação. Claro que toda oportunidade que houver, de um estudo novo, é muito bem vinda, adoraria ouvi-la.

P – Então vou dizer a V.Exa., que chegou agora na Secretaria, que queremos o melhor para a cidade de São Paulo e, logicamente, o Município precisa arrecadar. Estamos atrasados 20 anos em termos de arrecadação. Vou dizer uma bobagem: temos condições de arrecadar, num só exercício, 6 bilhões de reais, que estão perdidos.

Não sou matemático, mas quando começaram a me passar os dados... Refiro-me a

peessoas do Município, porque precisamos dar valor para quem está hoje trabalhando no Município: auditores, agentes fiscais. Não tenho o material, embora eu o tenha visto. Precisamos fazer para ontem. Aliás, numa audiência que tive há 15 dias com o Prefeito Haddad, falei sobre isso. Há 5 dias, falei também com o Secretário Donato e explanei-lhe mais ou menos sobre alguns dados que eu já tinha. V.Exa. é um jovem Secretário, que, sem dúvida, quer fazer o seu melhor neste governo para que fique marcado como um bom trabalho. Faço questão, inclusive, que meus colegas desta Comissão e as pessoas presentes vejam o que estamos perdendo no dia a dia. Refiro-me a imóveis que entraram na lei da anistia, a aumento de construção *etc.* Quem diz isso são os auditores e agentes viores, que estão antecipando isso a V.Exa. Quem levará esse material a V.Exa. são funcionários do Município, para trazer de volta essa arrecadação brutal que estamos perdendo.

Nesta oportunidade, estou antecipando essa informação. Depois, vamos ver uma agenda – se houver condição – para lhe mostrar esse material que foi apresentado a mim, que não sou matemático, tenho apenas o curso de Administração de Empresas e uma atividade de despachante. Fiquei abobado com essas informações; pensei: “Precisamos trazer esse dinheiro para o Município”.

Que isso fique registrado nas notas taquigráficas. Já falei com o Sr. Prefeito, por alto, também com o Secretário Donato, e agora com V.Exa., a quem faço questão de levar essas informações, para que façamos um golaço nesta administração usando os funcionários do Município.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só perguntas rápidas, Sr. Presidente, a partir da colocação feita pelo Vereador Adilson Amadeu. Sabemos que existe um índice de inadimplência extremamente alto do IPTU, perto dos 18,2% ou coisa parecida. Eu gostaria de

saber quais são as medidas que estão sendo propostas para diminuir a taxa de inadimplência.

Uma segunda questão. O Governo Federal anunciou, no programa Crack, É Possível Vencer, investimentos da ordem de 4 bilhões de reais. Gostaria de saber de V.Exa. quanto, desses 4 bilhões, veio para São Paulo.

Outra questão. Em relação ao que falou o nobre Vereador Milton Leite, sobre limpeza de córregos e despoluição das represas, lembrei-me que na manhã de ontem debatemos o termo de outorga do Sistema Cantareira, que corresponde a 45% da água destinada à cidade de São Paulo. No ano que vem, assinaremos a renovação desse termo de outorga. Sabemos que a Sabesp deixou de cumprir inúmeras ações, mas também existem questões às quais a Prefeitura de São Paulo deveria dar prosseguimento. Então, a questão colocada pelo Vereador Milton Leite é extremamente pertinente, porque vai entrar na discussão sobre a renegociação do novo termo de outorga, a ser assinado em agosto do ano que vem, e sabemos que em novembro precisamos apresentar as propostas.

Pergunto a V.Exa. quais são as propostas da Prefeitura de São Paulo em relação a isso, pois precisamos diminuir nossa dependência do Sistema Cantareira, do qual hoje São Paulo recebe 33m³/s. Como vamos reduzir nossa dependência e quais ações a Prefeitura está desenvolvendo? Parece-me que não está sendo feito absolutamente nada.

Outra questão diz respeito aos precatórios. A perdurar aquela decisão do Supremo, como ficará a Prefeitura de São Paulo? Vamos ter condições de manter? Trata-se da mesma preocupação que temos em relação à dívida. Parece-me que em 2030, se nada for resolvido, haverá um colapso: vamos entregar a cidade de São Paulo ao Governo Federal, pois não teremos nenhum tipo de recurso ou condições de administrar a Cidade.

Por último, pergunto se há possibilidade de, na próxima discussão sobre o terceiro quadrimestre, recebermos esse quadro pelo menos uma semana antes para que possamos analisar com mais tranquilidade. Eis minhas observações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Vereador Ricardo

Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Presidente. Sr. Secretário, alguns Vereadores que me antecederam já fizeram colocações importantes sobre as quais eu também tinha dúvidas – que, quando V.Exa. responder, poderei esclarecer. Devolvo a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Cumprimento a Vereadora Marta Costa, presente. Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Bom dia, Sr. Secretário. Serei breve. Tenho três breves questões. Acabei não acompanhando o início da explanação. Assim, peço que V.Exa. nos apresente, se possível, como está a execução na saúde e na educação.

Há uma segunda questão que me preocupa um pouco, sobre a qual V.Exa. já fez um comentário, diz respeito à execução orçamentária. Olhando a tabela apresentada, percebemos que a execução é menor do que nos anos anteriores. Claro que este é o primeiro ano do governo. Se olharmos para três anos atrás, já houve execuções maiores. O que me preocupa na fala de V.Exa. é que a prestação é até agosto. Qual é a expectativa da Secretaria com relação aos próximos meses do ponto de vista da execução, da utilização dos recursos?

Por último, se V.Exa. puder falar dos precatório, agradeço. Não sei se V.Exa. falou, mas esse é um dos principais problemas da Cidade. Pergunto se há alguma novidade importante sobre isso e sobre se os depósitos que estão sendo feitos regularmente: qual é percentual da receita corrente líquida que a Prefeitura tem depositado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Presidente, Sr. Secretário, em sua apresentação de número 4 há as receitas correntes de 26 bilhões. Na página 7 estão destacados 6 itens, que são as principais fontes dessa receita, que somam 18 bilhões. Temos

uma diferença de 8 bilhões. Imagino que seja algo relativo à questão das multas na cidade de São Paulo.

Queria que V.Exa. falasse de duas situações de arrecadação de multas, dentro desse quadro, relativamente às ações dos agentes vistoros. Só para dar um exemplo, Secretário, detectamos, em um projeto que apresentamos e a Casa aprovou, que 93% de todos os estabelecimentos da Cidade não têm licença de funcionamento. Há o Cadan; mas, para se obtê-lo, há necessidade antes de se ter a licença de funcionamento. Sem o Cadan, o artigo 15 fala que a multa é de 10 mil reais. Imaginando que 93% de todos os estabelecimentos não têm licença de funcionamento, ou, se tem placa, não tem o Cadan etc., eu queria entender um pouquinho onde está essa receita proveniente da fiscalização. Acho importante os Vereadores saberem como está a atuação da fiscalização na Cidade.

Além disso, precisamos saber sobre as multas. Tivemos, recentemente, com os corredores, um recorde de arrecadação de multas. Seria importante que nós, com tanta discussão sobre essa situação de multas – assunto que até o Vereador Adilson Amadeu trabalha muito -, sabermos onde a receita referente a elas dentro desse quadro.

Era só. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Sr. Secretário para responder primeiramente aos Vereadores.

O SR. MARCOS DE BARROS CRUZ – Obrigado.

Primeiro, em relação à oferta do Vereador Adilson Amadeu, agradeço a V.Exa. e aceito o compromisso de marcarmos uma reunião. Esclareço que toda a equipe da Receita do Município é de auditores fiscais, 100% - desde o Subsecretário a todas as funções de liderança. Acredito muito nas equipes técnicas concursadas da Secretaria, e 100% de minha equipe da Receita é de técnicos de lá. Qualquer oportunidade de colaboração a mais com outras áreas é muito bem vinda.

Segundo ponto, só para esclarecer o comentário, a taxa de inadimplência na

verdade não é 18,2%; ela está na ordem de 10%: 10,8%, se não me engano, acumulados. Neste ano, vamos provavelmente atingir a menor taxa de inadimplência da história. Estamos buscando ficar abaixo de 10%, o que, salvo engano, nunca se realizou. Assim, a inadimplência está em 10%, caindo, e a principal ação tomada em relação a isso é se colocarem os débitos não pagos do IPTU dentro do Cadin, do Cadastro Municipal, e se fazer um aviso aos contribuintes antes que eles sejam inscritos na Dívida Ativa, porque isso é sempre muito ruim.

Em relação à execução dos limites constitucionais: na saúde, o mínimo constitucional é de 15% dos recursos tributários e a gente deve ficar em aproximadamente, 18%; na educação, estamos trabalhando no limite constitucional, de 31% - e deve ficar entre 31% e 32%. Então, ambas dentro dos limites de execução.

Em relação à pergunta do Vereador Paulo Fiorilo, sobre execução orçamentária, nós pretendemos terminar o ano com um nível de investimentos de empenho no mesmo patamar dos últimos anos. Se isso acontecer, posso mostrar os dados para vocês da próxima vez. Isso será algo bastante único porque, em todo início de mandato – e temos dados desde 2004, 2005 -, em todas as trocas de mandato o primeiro ano normalmente sofre com redução de investimentos. Estamos trabalhando para que neste ano cheguemos com o mesmo patamar de investimentos, com uma variação de 5%, 10% no máximo, e acredito que seremos bem sucedidos.

Em relação a precatórios, ainda está válida a Emenda Constitucional 62 até que o Supremo Tribunal Federal faça a modulação, que ainda não foi feita. O Ministro Relator Fux deu uma orientação explícita do tipo: continuem seguindo a Emenda Constitucional 62. Assim, estamos amparados nessa lei, e é com isso que continuaremos trabalhando o Orçamento de 2014 até que se defina, no STF, como será feita a modulação. Existe bastante discussão entre o Supremo, a AGU e os municípios para se modular, mas ainda não existe consenso, porque se trata de uma questão complexa. Porém, em todo o caso, estamos protegidos e trabalhando conforme orientação do Supremo. Juntando com outra pergunta do Vereador Fiorilo,

dedicamos hoje 2,71% da receita corrente líquida para o pagamento de precatórios.

Em relação às perguntas sobre a Cantareira e o *crack*, não vou me arriscar a responder. Peço que as perguntas sejam feitas ao Secretários das respectivas pastas, que poderão responder com muito mais propriedade sobre o *crack* e o plano de diminuir a dependência do Sistema Cantareira.

Em relação à regularização, eu pessoalmente achei muito boa a lei que esta Casa aprovou, referente ao licenciamento. Acho que a Cidade tem que fazer um esforço para trabalhar no sentido da formalização e da diminuição da burocracia, o que, com certeza, terá benefícios de arrecadação diretos e indiretos, e temos que trabalhar conjuntamente nessa linha.

Presidente, acho que, com isso, respondi a maior parte das perguntas, se não todas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Muito bem. Respondidas as perguntas, e não havendo mais inscritos da sociedade civil - nem dos representantes internacionais nem dos municipais -, a Presidência encerra a presente audiência pública. Agradeço ao Secretário Marcos de Barros Cruz e ao Sr. Gláucio Teixeira Tavares, representante do TCM.

Está encerrada a presente reunião.